

Os Imigrantes Alemães e a Questão da Cidadania

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

Introdução

No início do século XX, um grupo de imigrantes alemães, inspirados em uma cultura literária e isolados numa região de fronteira, ousou falar de política. Nessa época, a elite brasileira, habituada a ocupar postos públicos, colocou-se a tarefa de produzir cultura. Um dos temas privilegiados por estes dois grupos foi o da identidade nacional. O Brasil, um país que se emancipara do jugo colonial há menos de um século e que proclamara a República logo depois, requeria uma atenção especial.

Entre as elites brasileiras, a idéia de nação foi esboçada a partir da tradição intelectual francesa, cujo princípio pautava-se por um caráter pragmático, vale dizer, político. Os imigrantes — fiéis à tradição alemã — tratavam este mesmo tema inspirados em princípios subjetivos e românticos, que podiam ser considerados como um nacionalismo cultural.

No confronto destas duas formulações discursivas, uma preocupação comum: a questão da formação da raça brasileira, cujo substrato “científico” era a superioridade do branco em relação ao negro e ao índio. Entretanto, a despeito de suas semelhanças, estes dois grupos não se solidarizaram; ao con-

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães é doutora em História e professora da UFPR.
Textos Hist. 1[2] (1993): 50-72.

trário, opuseram-se radicalmente. Esta polêmica ultrapassou o terreno intelectual e se transformou, no desenrolar das três décadas ulteriores, numa série de referência para disputas em todos os níveis sociais, o que justificaria, mais tarde, medidas de caráter autoritário, encetadas pelo Estado Novo.

Neste artigo interessa-me analisar os primeiros conflitos entre estes dois grupos, procurando avaliar em que medida o nacionalismo dos imigrantes foi responsável pela politização de sua cultura, enquanto que, para os "lusu-brasileiros", o nacionalismo se ofereceu como política feita cultura, num esforço por integrar todos os habitantes desse país a uma só noção de cidadania.

Loiros, trabalhadores e livres: os imigrantes alemães no Sul do Brasil

A emigração alemã para o Sul do Brasil inscreve-se no contexto dos grandes deslocamentos populacionais do século XIX, onde acordos diplomáticos e comerciais entre o velho e o novo mundo são realizados a favor de um reordenamento geográfico da população, levando a que uma massa de aproximadamente 56 milhões de pessoas se desloque de seus países de origem para outros continentes, sendo a América um dos mais destacados como região receptora.

Os imigrantes de origem alemã foram um dos primeiros grupos europeus a se deslocar para o Brasil — a primeira leva data de 1820. Se o fator de expulsão a ser considerado, em linhas gerais, refere-se à industrialização e à concentração fundiária na Alemanha, o de atração pode ser explicado pela política do Império brasileiro, que visava o incremento da produção agrícola e a ocupação efetiva do território.

A imigração alemã se faria acompanhar, todavia, por inúmeras dificuldades, como por exemplo, a resistência dos latifundiários, que enxergavam na política migratória um prenúncio da abolição. Da parte do governo prussiano, por outro lado, a emigração para o Brasil também não era incentivada, por se tratar de um país cuja religião oficial era a católica, o que impedia o reconhecimento dos casamentos protestantes e trazia problemas de legitimação de heranças. Colocavam-se ainda obstáculos aos não-católicos para a ocupação de cargos públicos e a participação política era veladamente coibida¹.

Em que pese tais dificuldades, as medidas favoráveis à imigração lograram algum sucesso, e seus defensores justificavam, desde cedo, a conveniência de tal procedimento, por favorecer o "branqueamento" da população e garantir o progresso econômico, uma vez que a mão-de-obra européia, e particularmente a germânica, era vista não apenas como mais qualificada, mas também como mais disciplinada e operosa do que a de origem negra.

O contingente de imigrantes alemães não foi expressivo em termos numéricos, se o compararmos aos de outras nacionalidades (cerca de 7% do total de imigrados entre 1850 e 1916). Contudo, seu comportamento endogâmico, suas altas taxas de fecundidade e concentração regional (nos três estados do Sul) conferem a esse grupo uma representatividade considerável, principalmente no que se refere à formação social e econômica desta região.

Em virtude de não desempenhar o Sul um papel central na economia brasileira, esses imigrantes permaneceram isolados em suas colônias por várias décadas, o que lhes favoreceu a formação de uma sociedade à parte, com seus próprios valores e sistema produtivo. Esta é uma das razões pelas quais uma boa parte da Região Sul diferenciou-se, pelo menos até a década de

50 deste século, de outras regiões do Brasil, tanto em sua estrutura fundiária como em sua estrutura sócio-econômica. Para os padrões brasileiros, essas camadas podiam ser consideradas como classes médias, não ocorrendo diferenças expressivas entre os estratos superior e inferior. Também não se propiciou a existência de grandes centros urbanos, que só surgiriam muito mais tarde, se comparados às regiões Nordeste e Sudeste. Tratava-se de colônias agrícolas; os pequenos e médios municípios possuíam uma indústria modesta, ligada às necessidades básicas do seu contingente rural. Assim, verifica-se um desenvolvimento sócio-econômico relativamente independente dos grandes centros, com uma capacidade razoável de auto-sustentação.

Desta maneira, essa subsociedade, se assim puder ser considerada, encontrará condições propícias para criação de formas de sociabilidade próprias. A primeira delas se deu em torno da Igreja. Por serem protestantes, os imigrantes alemães fundam e mantêm suas próprias paróquias. A segunda, intimamente vinculada à primeira, é a escola. É importante lembrar que àquela época, no Brasil, a rede pública escolar não atendia senão aos grandes centros, e que, para os evangélicos, a prática da leitura da Bíblia coloca-se como um elemento de fundamental importância, donde a alfabetização é tão imprescindível quanto as instituições eclesiásticas. Logo foram criadas associações voltadas ao sustento das igrejas e escolas, como também à recreação e ao auxílio mútuo.

O associativismo seria fomentado ainda pela ênfase à preservação da cultura de origem, desdobrando-se na edição de diversos periódicos e na criação de outras entidades culturais, como os clubes de leitura e as sociedades de canto, desportivas e de artes cênicas.

Se bem que não encontremos essas tendências associativas em quase todos os núcleos coloniais com população de origem germânica, não julgamos procedente considerar estes segmentos como um grupo homogêneo. Tal generalização deixa de lado diferenças importantes, que podem ser claramente reconhecidas. A primeira é de caráter confessional. Havia católicos e protestantes, estes em maior número. Eles se subdividiam em várias denominações e tendências, como a luterana ortodoxa, liberal ou pietista; a luterana de influência norte-americana calvinista (Luterana de Missouri); e ainda os menonitas (com tendências anabatistas).

As regiões de procedência também não são as mesmas, como não o são os dialetos e costumes. Houve aqueles que permaneceram como colonos no meio rural e outros que migraram para as cidades. Com o tempo, diferenças sócio-econômicas passaram a ser perceptíveis — pequenos e médios empresários logo se antagonizariam com os interesses dos trabalhadores. Ainda, os mais ricos iam gradativamente alargando seu espaço de sociabilidade, quer por razões econômicas ou de *status*. Os mais pobres dificilmente alargariam seu espaço de sociabilidade para além das relações de vizinhança, compadrio ou com os amigos da “Velha Pátria”, com quem mantinham correspondência.

Em que pese tais diferenças, o fato de serem entendidos como um grupo homogêneo, pela sociedade receptora, imprime-lhes um certo traço comum, o que será em parte assumido por este segmento, contribuindo para a formação de sua identidade. “Alemães”, “gringos”, “colonos” enunciavam um determinado preconceito por parte das elites contra os trabalhadores braçais, preconceito que se estendia a todos os imigrantes. Tais discriminações, porém, não provocaram, de início, conflitos mais sérios. Os confrontos eram esporádicos e localizados e, apesar do preconceito, os habitantes mais antigos possuíam o reconheci-

to de sua contribuição para o progresso econômico do país, o que lhes emprestava um papel menor, porém positivo, na "história comemorativa" da região.

Aliás, é interessante ressaltar que a maioria dos textos históricos eram de caráter regional, porque regionalizadas eram também a cultura e a política. Assim, falar a respeito de uma política única com relação aos imigrantes é, de certo modo, ler aquele período com as lentes de quem convive com uma nação consciente de sua própria unidade. Ao isolamento dos imigrantes alemães e de seus descendentes corresponderiam processos semelhantes nas mais diversas regiões do Brasil; com exceção dos grandes centros econômicos e da capital, a consciência de pertencimento a uma mesma unidade territorial, política, administrativa e cultural estava presente apenas entre os responsáveis pela elaboração das políticas oficiais.

É certo que um determinado sentimento nativista fora despertado nas camadas mais cultas, inspirado nos modelos românticos europeus, que são trazidos por filhos de famílias abastadas. Esses intelectuais discorrem sobre temáticas semelhantes as de seus mestres: a busca do primitivo, a elevação da natureza, a busca de uma origem mítica e heróica da pátria. Esta era representada pela figura do índio, que não fazia senão reeditar o "bom selvagem" de Jean Jacques Rousseau.

A literatura culta tinha seu mecenas, a saber, o próprio imperador, que estimulou as artes e a História, uma iniciativa motivada menos pela política do que por seu gosto pessoal, pelo desejo de conhecer "o rosto" da pátria do qual era soberano².

Esse nativismo, ainda que fomentado por instituições oficiais, não influenciou de forma negativa o discurso imigran-
tista, mas cooperou a seu favor, pois estes "homens laboriosos" contribuiriam para o engrandecimento das riquezas do Império.

Entretanto, no final do século XIX e início do XX, esse quadro sofrerá transformações; a “pátria” cederá lugar ao conceito de “nação”, o “súdito” ao de “governado”, e o imigrante deixa de ser um personagem das histórias comemorativas locais para adentrar o cenário político. Os esforços de integração, sujeitos à nova ordem, provocariam conflitos entre os teuto-brasileiros e as elites dirigentes, autodesignadas, a partir de então, “lusu-brasileiras”.

3. A pátria e a nação

A partir da década de 70 do século XIX, observa-se a emergência de um ideário nacionalista, favorável à integração nacional, ao trabalho livre e à formação de um povo identificado com os interesses do país. Para tanto, impunha-se que os interesses desse jovem país fossem incorporados por todos; idéias que não seriam tacitamente aceitas pelos imigrantes de origem germânica e seus descendentes. Tais resistências podem ser compreendidas por fatores de ordem externa e interna.

No que diz respeito ao quadro internacional, esse é um período em que diversas potências imperialistas disputam sua influência nos países recém-consolidados. É o caso, entre outros, da Alemanha, particularmente da Liga Pangermânica (*Alldeutscher Verband*), cujos adeptos enxergavam, dadas as suas táticas expansionistas, as comunidades de origem germânica residentes no exterior como representantes “voluntários” de seus interesses. Pautados nos princípios de *Grossdeutschland* (a grande Alemanha)³, estes nacionalistas radicais, tais como Alfred Hugenberg, Karl Peters e Hesse, fundam em 1891 a Liga Pangermânica, que tinha como objetivo fomentar a política colonial do império alemão, bem, como a ampliação de seu espaço vital (*Lebensraum*)⁴; para tanto, esforçava-se por injetar um forte sentimento nacionalista nos “alemães do exteri-

or" (conceito por ela mesma inventada) como estratégia indireta de assegurar acordos econômicos naquelas nações. A Liga financiou empresas de seus compatriotas mais abastados e colaborou também para a manutenção de escolas, associações e igrejas, bem como ampliou a imprensa de língua alemã. Apoiava a endogamia, veiculando doutrinas de cunho racial.

As atividades colonialistas da Liga estiveram sensíveis, principalmente, franceses, ingleses e norte-americanos, que enxergavam na concentração demográfica de origem alemã no sul da América Latina, uma ameaça daquele governo em anexar, a médio prazo, essas regiões. Esses produzem uma série de impressos, em nome da doutrina Monroe, versando sobre a "excessiva" germanização do sul da América. Serão estes discursos os responsáveis pela construção do "mito do perigo alemão", incorporado quase que imediatamente pelos políticos brasileiros.

Os fatores de ordem interna são também responsáveis pelo agravamento das discriminações de que passou a ser alvo esse segmento. Em primeiro lugar, aponta-se o aumento progressivo de novas levas migratórias, provenientes da Itália, Espanha, Polônia e Portugal, e da própria Alemanha, fomentadas desde a proibição do tráfico de escravos e intensificadas com a abolição. A existência desses novos contingentes colocaria, por si mesma, a questão da identidade nacional na ordem do dia.

Um outro aspecto se refere à forma mesma com que foi proclamada a República⁵. Houve regiões que levaram até dois meses para serem noticiadas de que o antigo regime caíra por terra. E particularmente entre os imigrantes alemães, a novidade não foi bem aceita. Segundo um colono da época, "Dom Pedro II tinha sido banido de seu próprio reino"...⁶

Dada esta conjuntura, aos republicanos impunha-se conquistar a lealdade dos seus cidadãos e superar os partidarismos locais, bem como superar a relativa autonomia que pos-

suíam as elites face ao poder central; era necessário, portanto, despertar a atenção dos "governados" sobre os novos governantes.

No que se refere aos imigrantes alemães, em que pese sua preferência pelo regime monárquico, a proclamação da República lhes ofereceu algumas vantagens, das quais a liberdade de culto e a naturalização em massa são os exemplos mais importantes. Além disto, a influência do pensamento positivista, que exercia hegemonia particularmente entre as elites do Rio Grande do Sul, ao não admitir a interferência do Estado na vida intelectual da sociedade, facilitou aos imigrantes a difusão de sua literatura e, sob os auspícios de entidades simpatizantes da causa pangermânica, as escolas e igrejas puderam ser ampliadas. Por outro lado, o positivismo atuou como faca de dois gumes, causando problemas às colônias, pois, ao enunciar idéias relativas à identidade nacional e ao progresso, seus seguidores passaram a priorizar a integração cultural como condição *sine qua non* para a ação política⁷. Instruídos pelas Ciências Humanas, Sylvio Romero, Graça Aranha, João Batista de Lacerda, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, são exemplos de intelectuais que, embora não necessariamente filiados às correntes positivistas, buscam construir uma identidade nacional pautada pelo determinismo geográfico, o darwinismo social e as teorias raciais, estas mescladas por eles ao ideário da revolução francesa e ao conceito de miscigenação racial.

A República proclamada, era necessário inventar a nação. E esta, projetava-se no futuro. O passado romântico teria de ser sacrificado em favor do progresso. Mesmo quando, a exemplo, Vianna se dedica ao estudo do passado, não o faz para encontrar heróis, mas para *extirpar seus males*, herdados no presente. Segundo sua ótica, *o passado exerce uma influência invisível sobre os homens*, e somente através da reeducação e

vontade *esses podem refazer-se a si mesmos*, construindo, daí sim, uma nação civilizada⁸.

Ainda, segundo o autor, a perfeita compreensão do passado pelos *instrumentos da ciência* antagoniza-se com a visão otimista dos românticos, pois que,

esses otimistas só o são aparentemente. Sondai-lhes bem o fundo da alma — e o que encontrareis, sob os aspectos vistosos da confiança e da fé nos destinos da pátria... (é o temor)... em apontar um defeito do seu povo ou assinalar uma incapacidade da sua raça, porque não crêem que o homem se possa refazer a si mesmo⁹.

Os escritos de Vianna, o mais tardio dos pensadores citados, ilustra a oposição realizada entre pátria e nação, a qual pode ser identificada com a oposição entre arte e ciência. A pátria, tema caro aos românticos, é substituída pela nação, ao mesmo tempo em que é por esta absorvida como figura emblemática. A nação designa aí um ato inaugural — um objeto que se preenche a si mesmo, e que se torna sujeito universal. Nação, palavra derivada de nascimento e difundida no século XIX como conceito chave da política, é definida pelo direito natural como comunidade de indivíduos, refletindo a separação entre o monarca e a coletividade, dessacralizando o poder do rei e eliminando seu papel identificador¹⁰.

Esse movimento pode ser observado, com maior clareza, na Europa. Se na Idade Média, a primeira e mais perceptível identidade de um homem estava representada pelo seu pertencimento a uma comunidade transnacional — a cristandade — e pelo fato de ser súdito de uma determinada dinastia semi-sagrada, já nos séculos XVIII e XIX, sua identidade estará prioritariamente marcada por ser este mesmo homem membro de uma nação — em detrimento do universo religioso e de suas tradições locais¹¹.

No Brasil, esse mesmo movimento é tão mais complexo quanto pouco galvanizador. Num país de imigrantes (africanos, europeus, e mais tarde, asiáticos), os laços emotivos com a pátria (do latim pai, ancestral) são bem mais difusos. Por essa razão, eles seria transferidos mais facilmente para a nação, pelo menos aos olhos dos nacionalistas. Esta homogeneizaria a todos numa só raça, num futuro idealizado. A raça, nessas narrativas inaugurais, constitui-se um vocábulo emprestado do mito ariano, segundo orientação de um pensador extremamente caro a autores como João Batista de Lacerda e Oliveira Vianna: Arthur de Gobineau. Lido e interpretado à luz da utopia nacionalista, a miscigenação era vista como necessária para melhorar os caracteres do povo. Aí, o branqueamento progressivo não era mais necessário por motivos econômicos, como no discurso dos defensores da imigração européia, mas por razões fundamentadas no determinismo biológico.

Segundo João Batista de Lacerda, em 1911,

A seleção sexual, se prosseguir, acaba todavia por subjugar o atavismo e purgar os descendentes de mestiços de todos os traços característicos do negro. Graças a este procedimento, de redução étnica, é lógico supor que no espaço de um novo século, os mestiços terão desaparecido do Brasil, fato que coincidirá com a extinção paralela da raça negra entre nós¹².

Como se pode observar, o racismo dos pensadores europeus era atenuado pelo discurso do branqueamento nas leituras destes intelectuais. Nas palavras de Vianna, essa tendência fica ainda mais evidente:

O que chamamos de mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas baixas da sociedade e provindo do cruzamento do branco com o negro do tipo inferior; há, porém, mulatos superiores, arianos em seu caráter e inteligência, susceptíveis à arianização capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do país¹³.

Utopias desta natureza indicam uma certa perversão do conceito de nação; a liberdade individual, o direito do cidadão à luz do Liberalismo, não podia ser admitida no Brasil, uma vez que este povo não era plenamente moralizado e homogêneo em termos raciais. A liberdade só podia ser admitida quando o *ethos* ariano cumprisse o seu papel civilizador junto à educação, tarefa precípua do Estado. Até então, aos indivíduos mais pobres a nação nada podia garantir, a não ser o direito de trabalhar.

Nesta mesma linha de raciocínio, é aparentemente paradoxal que muitos intelectuais identifiquem os imigrantes teuto-brasileiros como inimigos deste projeto nacionalizador, pois afinal eram arianos e portadores de uma ética voltada ao trabalho disciplinado. Onde, pois residiam as tensões?

Nossa hipótese é que o advento da Primeira Guerra constituiu-se no fator responsável para que tais formulações discursivas fossem radicalmente antagonizadas. Da parte das elites intelectuais luso-brasileiras, observa-se um comportamento com fortes marcas de xenofobia, voltado, nesse momento, principalmente contra os alemães, adversários dos Aliados. Por seu lado, a imprensa de língua alemã reage de forma contundente aos luso-brasileiros, considerados excessivamente comprometidos com o pan-americanismo, e identificados como classe dominante a exercer pressão sobre os segmentos de origem européia. Acerca de tais discursos, gostaríamos, ainda que sumariamente, de tecer algumas considerações.

Um só povo, uma só nação, um só governante?

A generalização dos discursos dos imigrantes incorre sérios riscos, pois, como já comentamos, eles possuíam diferenças internas consideráveis. Dificilmente se julgariam “um

único povo”, a não ser pelo fato de os “outros” lhes conferirem tal identidade: alemães, imigrantes, protestantes, trabalhadores.

As sucessivas discriminações com relação ao desconhecimento da língua portuguesa, a confissão de uma religião “estrangeira”, bem como preconceitos pela sua condição de trabalhadores, provenientes das elites, empurrava-os, provavelmente, a seu mundo interior.

Talvez por estes motivos, as práticas e discursos da Liga Pangermânica acabassem por ser aceitos. Mas a Liga não é a única responsável pela defesa da etnia, nem a primeira a fomentar a preservação da cultura. Ela indica inclusive uma reorientação de um pensamento introjetado há muitos anos naquela comunidade, o que nos reconduz, necessariamente, à discussão sobre o conceito de nação.

Benedict Andersen não está de acordo com a idéia de que o conceito de nação seja tão moderno como afirma José Gil¹⁴, e muito menos de que suas origens se encontrem no vocábulo da cultura erudita europeia. Para Andersen, a identidade nacional indica um determinado sentimento de pertença, o que se constitui num artefato cultural muito antigo, que pode ter no uso do mesmo idioma e na comunhão de um mesmo credo religioso suas raízes mais autênticas¹⁵. Este adquire uma conotação mais nítida se estivermos pensando sobre os germânicos, quando nos associamos ao que Hannah Arendt entende como “unidade tribal” ou “definição orgânica e naturalista da origem dos povos”¹⁶. Ela se utiliza destas noções para interpretar as elaborações de Jahn, Fichte e outros, realizadas no princípio e meados do século XIX. Trata-se de uma idéia-força dos nacionalistas românticos alemães, em oposição à dominação francesa e à aristocracia fundiária de seu país. Diferentemente da França, segundo a autora, o romantismo em sua primeira fase não era uma invenção da aristocracia, mas de idealistas favoráveis à unificação e à libertação da Alemanha.

Gerhard Kaiser, por sua vez, entende o pietismo do século XVIII como matriz das elaborações que se responsabilizaram pelo conceito de nação na Alemanha. Para este autor, a identificação da Igreja Evangélica com a comunidade popular (*Volkskirche*) desenharia os primeiros momentos do sentimento nacional do povo alemão¹⁷. Dada a época em que os primeiros imigrantes alemães vieram para o Brasil, e também sua proximidade com a cultura pietista, parece-nos sensato acreditar que essas noções eram mais conhecidas do que aquelas veiculadas por intelectuais racistas da Inglaterra ou da França.

De início, observa-se entre os teuto-brasileiros reedições liberais, baseadas no princípio de cidadania do dispositivo jurídico do *jus sanguinis* (direito de sangue), contra o *jus soli* (direito de nascimento), vigente no Brasil. Defendiam ainda a livre escolha de sua identidade, por entenderem que *nação* não se confundia com o *Estado* (a quem, para com o brasileiro, deviam lealdade e cooperação); mas *nação* referia-se à cultura de cada cidadão. Imaginavam que no Brasil seria possível adotar um critério multilíngüístico, como na Suíça, e, de resto, defendiam que tanto a confissão religiosa como o cultivo das tradições culturais estavam ligados exclusivamente à esfera privada¹⁸.

A este discurso com marcas liberais, some-se ainda a própria experiência dos imigrantes, principalmente daqueles vinculados às camadas mais pobres desse segmento social. A participação na política institucional era, para eles, uma coisa de luso-brasileiros. Eles, a seu modo, construiriam um espaço dela divorciado, como que reinventando as duas cidades de Agostinho, ou parafraseando o apóstolo Paulo: *estavam neste mundo mas não pertenciam a ele*. As colônias eram compreendidas como “comunidades” (*Gemeinde*), ligadas a um país imaginário, de idioma alemão, onde os laços de cooperação mútua dariam conta de seu próprio progresso. A política era realizada numa escala micro, e os líderes, eleitos pela comunidade, segundo as tradições da sociedade emissora. Assim, o pastor, o profes-

sor, o juiz, os conselheiros e os administradores de cada colônia eram eleitos e reconhecidos como praticamente as únicas autoridades existentes¹⁹.

Neste contexto sócio cultural, eles se deixarão nutrir por três representações culturais. A saber: o *romantismo*, o *tradicionalismo conservantista* e o *universo religioso*.

A primeira delas, o romantismo, foi elaborado na Alemanha nas primeiras décadas do século XIX. Seus idealizadores produzem uma referência estética de fundamental importância para nossos estudos: a cultura popular. Dedicam-se ao “eu natural”, ao “homem simples e primitivo”, o qual guardava uma estreita relação com a natureza. O culto aos heróis míticos os reconduz à pátria, no seu preciso significado em alemão: *Heimat* origina-se de lar (*Heim*), que é uma noção mais densa do que pátria (pai, país), porque aquela inclui a mãe (*Muttersprache*). A terra natal é, pois, a família primordial, que através do sangue imprime um denominador comum a seus herdeiros.

Ainda, o termo popular (*völkisch*) não indica o reconhecimento perante o público, como na acepção moderna; *völkisch* significa em suas origens “pertencentes a um povo”. Assim, popular se confunde com comunidade, e essa, com a nação (*Völksgemeinschaft*), sem comprometer-se com o uso jurídico do termo (para o que *Nation*, *Staat*). Caído em desuso no século XVIII, o termo *völkisch* será reanimado pelos românticos (Herder, Fichte e Jahn) e, mais tarde, incorporado pela Liga Pangermânica como sinônimo de nacionalismo fundado sobre a doutrina racial²⁰.

No contato cotidiano dos imigrantes com a literatura romântica²¹, pode-se inferir que o culto às origens é reprocessado ou traduzido no sentido de transformar-se, gradativamente, na defesa da identidade étnica. O gosto pela história comemora-

tiva, que recorda as primeira leva migratórias no Brasil, pode ser um indício desta tendência²².

O segundo elemento reforça e é reforçado pelo primeiro. Diz respeito ao tradicionalismo, ou uma tendência à conservação, inerente a todo imigrante, este que vive entre dois mundos, o que deixou e o que passará a chamar de seu. Tal dualidade provoca um apego psicológico à tradição, diante do novo e do desconhecido²³. Esta se torna mais ou menos intensa de acordo com suas experiências concretas na região de destino. Assim, quando o novo mundo se apresenta arredio a seus costumes, ou principalmente às suas expectativas de ordem material, a adaptação é naturalmente mais lenta. Estamos conscientes de que não podemos afirmar que o processo migratório provocou os mesmo efeitos para todos os indivíduos deste grupo; contudo, segundo as pesquisas já realizadas, podemos inferir um conjunto de dificuldades que lhes era comum: a dificuldade com o idioma português, bem maior entre estes do que entre italianos ou espanhóis; a existência de uma religião oficial que não a sua; o clima e a dieta alimentar; e, finalmente, para a maioria deles, o padrão tecnológico que se encontrava na região de destino, muito aquém daquele conhecido tanto pelos migrantes de origem ^{urbana} quanto rural. Some-se a isto as notícias sobre o progresso econômico na Alemanha, bem como sua unificação política²⁴, recorrentemente mencionados nos impressos aqui publicados, o que pode ter despertado um certo desejo de retorno — o qual seria suprido, ainda que parcialmente, pelo “ato de recordar”. Este tradicionalismo nutriria, possivelmente, um determinado sentimento patriótico voltado à terra natal, peça importante do nacionalismo alemão.

Por último, e talvez o mais importante, o sentimento religioso. O credo evangélico inspira, pelas suas próprias origens, uma fidelidade duplamente fecunda. Primeiro, por se diferenciar do da maioria, o credo católico. Segundo, por ter sido

uma confissão religiosa fundada por um alemão. Lucien Febvre, em sua compreensão sobre Lutero, confessa sua dificuldade em realizar a separação do que *se estende da Alemanha a Lutero e de Lutero à Alemanha*²⁵. E os imigrantes do sul do Brasil pareciam ter a mesma dúvida, o que se reflete nas palavras de um pastor de especial destaque na história da Igreja Evangélica sulbrasileira:

O cultivo da germanidade está no *sangue* da Igreja Evangélica que, com razão, foi designada de fruto da união do evangelho com o espírito germânico... quem deixa de pensar evangelicamente, deixa de ser alemão e vice-versa. Quem nega a *língua* e a *índole* alemã, também se perderá, muito possivelmente, para a nossa Igreja²⁶. (grifos nossos)

É plausível supor que o protestantismo tenha sido decisivo para o percurso realizado pelas noções anteriores: da literatura romântica e liberal à afirmação da identidade étnica, do tradicionalismo ao nacionalismo, e, na religião, a consciência de povo eleito. E esta religiosidade na cultura ou esta cultura religiosa seria capaz, em seus efeitos de circularidade, de lhes conferir uma certa legitimidade política ao se defenderem da assimilação ou, mais seriamente, da miscigenação.

Esta é, pois, a linguagem com que os imigrantes enfrentam os discursos nacionalistas, quando estes os acusam de serem excessivamente endogêmicos, isolados e antipatrióticos, momentos que resultam da veiculação do mito do “perigo alemão”. E, com a intensificação destas discriminações, em virtude da eclosão da Primeira Guerra Mundial, os imigrantes passarão, rapidamente, a adotar a mesma linguagem da Liga Pangermânica; o termo por eles designado para se auto-referirem — *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiro) — é substituído, por exemplo, pelo designado pela Liga, ou seja, *Auslanddeutschen* (alemães do exterior). O Brasil, por sua vez, não é mais designado como *Neue Heimat* (nova pátria), mas

Gastland (país de hospedagem), ou, mais simplesmente, *brasilianische Staat* (estado brasileiro).

Mesmo os liberais passam a incorporar fragmentos do discurso relativo à germanidade (*Deutschtum*), num comportamento semelhante ao que estimulou o desenvolvimento do sionismo na Europa²⁷. Como aquele, a politização em torno da identidade étnica foi reforçada como reação a um discurso discriminatório, externo ao grupo em questão. De semelhante modo, entre os teuto-brasileiros, a identidade é reforçada como reação ao outro — concebido como adversário. Segundo Giralda Seyferth, *o conceito de Deutschtum (...) tornou-se paradigmático enquanto expressão de uma condição étnica, principalmente no período de afirmação política*²⁸.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, observa-se uma decisiva radicalização entre nacionalistas “lusobrasileiros” e teutos. Mesmo sem possuir informações acerca dos motivos do conflito bélico, a maioria dos teutos se colocou francamente a favor de seus compatriotas, realizando diversas manifestações públicas, como a entoação do hino nacional alemão em praças públicas, cultos em favor dos combatentes e campanhas para arrecadar fundos para o exército alemão. Estas atitudes agravaram os efeitos do mito do perigo alemão.

Com o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha (abril de 1917) e a declaração de guerra (em outubro de 1917), a bandeira nacionalista seria cada vez mais intensamente desfraldada. Medidas repressivas como boicotes às lojas dos teutos, quebra-quebras e agressões físicas se estenderam do sul do país até São Paulo e a capital. Da parte do governo, proibiu-se o uso do idioma alemão em público, a publicação de impressos em língua alemã, e muitas associações foram fechadas²⁹.

Assim, principalmente quando a Alemanha declara sua derrota contra os Aliados, o discurso relativo ao *Deutschtum* parece silenciar. Muitos teuto-brasileiros abandonam seus costumes, para não se verem identificados como “estrangeiros”; outros, passam a cultivar seus valores de origem apenas no espaço privado, como entre os membros da família, na igreja e nas associações. Mas uma outra parcela, ainda que silenciada por um ou dois anos pós-guerra, com o afrouxamento das restrições legais, reaviva, com força renovada, seus discursos pró-germanistas, e seus seguidores demonstram-se cada vez mais convictos. Dali por diante este movimento só tenderia a crescer, auxiliado ainda pelo desenvolvimento do movimento nacional-socialista. A memória de derrotados e a humilhação de que foram vítima parecem ter produzido um efeito semelhante ao ocorrido na Europa. Não deve causar estranheza que, com a ascensão de Hitler, a crença de que o redentor havia chegado para levá-los de volta à pátria introjetar-se-ia naquele imaginário social. E somente as medidas repressivas do Estado Novo, o qual utilizava instrumentos semelhantes aos de seu adversário, seriam capazes de impor-lhes a renúncia à cidadania e à cultura alemã, transformando-os em cidadãos e trabalhadores, enfim, brasileiros.

Considerações gerais

Neste trabalho pudemos discorrer sobre a vinda dos alemães para o Brasil e a formação de uma cultura e sistema produtivo diferentes das demais regiões do país. Essa cultura emergiu baseada no romantismo, no tradicionalismo e no universo religioso. Pelo hábito da leitura, estas três linguagens se difundem e se interpenetram, num processo de interferências recíprocas, onde já não é mais possível distinguir seus enunciados originais. Uma transforma-se na outra — e a outra não se reconhece mais sem aquela.

Sobre esse terreno cultural, um poder “estrangeiro” pretendeu se impor. Nutridos pela teoria do amalgamento das raças, os “animadores” da República lançam-se ao desafio de construir a nação, entendendo como uma de suas tarefas a de “abrasileirar” a Região Sul.

Do confronto entre estes discursos são construídos dois conceitos de nacionalismo. Para as elites, a nação abria à sociedade a possibilidade histórica de sua construção, onde o passado não era senão seu prólogo, e ao presente, o início. Para os teuto-brasileiros, o passado tornar-se-ia presente e a história adquiriria uma dimensão de lenda; e, sob seus mitos fundadores, defenderiam a pátria em perigo, para o que lhes faltava apenas um comandante... Para ambos, o “outro” pasará a ser visto como adversário, e nos desejos de sua exclusão, atitudes e linguagens totalitárias cooperariam, em boa medida, para gestar aquilo que podemos entender como experiência política de nacionalização da cultura no Brasil.

Notas

Este artigo é baseado numa Comunicação por mim apresentada no I Colóquio Franco-brasileiro: *A questão da cidadania na França e no Brasil*, promovido pela Universidade de Paris IV e Universidade Estadual de Campinas. Paris, 1990.

1. A emigração para o Brasil não era recomendada também pelo fato de persistir neste país o regime de trabalho escravo, e por não se prever uma política efetivamente colonizadora, pois os trabalhadores europeus eram empregados nas lavouras de café como assalariados, e não assentados em parcelas de terras para exploração autônoma. Esta e outras razões foram as responsáveis pela decretação do Restrito von Heydt, no ano de 1859, o qual proibia às empresas de trazerem imigrantes para o Brasil. Tal medida, ainda que não plenamente respeitada, criou diversos obstáculos para a imigração alemã no Brasil. Ver: Gerhard Brunn, *Deutschland und Brasilien* (Köln: Böhlau Verlag, 1971), p. 8 e ss.

2. Dentre estas iniciativas, cite-se a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, estimulada por Dom Pedro II, com vistas a resgatar principalmente o passado colonial e o papel dos desbravadores no "descobrimento" do Brasil. Acerca deste tema, ver: José Honório Rodrigues, *Teoria da história do Brasil; introdução metodológica* (São Paulo: Brasiliense, 1969, 3ª ed., 493 pp.)
3. O conceito de *Grossdeutschland* não foi criado pelos nacionalistas da Liga Pangermânica. *Grossdeutschland* se refere a uma noção romântica de identidade nacional, forjada à época da dominação napoleônica, que compreende o idioma e a cultura como elementos mais importantes para definição da identidade nacional do que o critério territorial ou jurídico. Capturado pelos nacionalistas do final do século XIX, tal conceito foi integrado às teorias racistas, uma das peças-chave dos imperialismos modernos. Ver Hannah Arendt, *O sistema totalitário* (Lisboa: Dom Quixote, 1978), p. 245 e ss.; Eric Hobsbawm, *A era dos impérios* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988), p. 87 e ss.; Hans Mommsen, *Arbeiterbewegung und nationale Frage* (Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1979), p. 15 e ss.
4. Alfred Kruck, *Geschichte des Alldeutschen Verbandes; 1890-1939* (Wiesbaden: Franz Steiner, 1954, 224p).
5. Sobre a fraca participação da sociedade no movimento que levaria à proclamação da República no Brasil, ver José Murillo Carvalho, *Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi* (São Paulo: Companhia das Letras, 1987, 196pp.)
6. F. W. Brepohl, *D. Pedro II im Verkehr mit Einwandern* (Ponta Grossa: Rschel, Raicosk & Cia., 1933). A devoção por Dom Pedro II, *der Gute*, é atestada em vários escritos da imprensa de língua alemã. Os primeiros imigrantes tinham simpatia pelo regime monárquico e particularmente pela pessoa do Imperador, que os havia aceito como súditos, e que tinha ascendência germanica. Ver F. W. Brepohl, *Dom Pedro II und seiner deutscher Page* (Ponta Grossa: Rschel, Raicoski & Cia, 1933); W. Fugmann, & F. W. BREPOHL, *Die Wogadeutschen in brasilianischen Staat Paraná* (Stuttgart, 1927). Esta preferência resultava também, por parte dos estratos mais elevados desta subsociedade na filiação ao Partido Liberal, que defendia, entre outras medidas, uma maior descentralização do poder. Ver Karl Koseritz, *Imagens do Brasil* (Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1980, 305pp.) e, Martin Dreher, *Igreja e germanidade* (Caxias do Sul: Sinodal, 1984, 287pp.)
7. Martin Dreher, *idem*, p. 22 e ss.
8. Oliveira Vianna, *Populações meridionais no Brasil* (Rio de Janeiro: José Olympio, 1954[1918]), p. 12.
9. *Idem*, p. 21.

10. Sobre a modernidade do conceito de nação, ver: José Gil, "Nação", in *Enciclopédia: Estado-guerra* (Lisboa: Einaudi/Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989).
11. Benedict Andersen, *Imagined Communities; reflections on the origin and spread of nationalism* (London: Verso, 1983), p. 13 e ss.
12. *Apud* Giralda Seyferth, "A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda" (*Revista do Museu Paulista*, vol. 30, no. 4, 1985), p. 82.
13. Vianna, *op. cit.*, p. 153.
14. Gil, *op. cit.*, p. 281 e ss.
15. Andersen, *op. cit.*, p. 7 e ss.
16. Hannah Arendt, *op. cit.*, p. 231 e ss.
17. G. Kaiser, *Pietismus und patriotismus im literarischen Deutschland 2*. (Verlag, Wiesbaden: Athenaun, s/d. 294pp.)
18. K. Oberacker Jr., "Rüntzigh Jahre brasilianischer Republik und wir" *Kalender für die Deutschen in Brasilien* (Porto Alegre: Rotermond, 1939).
19. Emílio Willems, *A aculturação dos alemães no Brasil* (2ª ed., São Paulo: Nacional, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976, 319pp.) Encontramos exemplos como este entre os menonitas que se estabeleceram nos arredores de Ponta Grossa (PR), entre os imigrantes pioneiros de Joinville (SC) e os de São Leopoldo (RS). Ver, entre outros, Janaína Amado, *Conflito social no Brasil; a revolta dos Mucker* (São Paulo: Símbolo, 1978, 303pp.); W. Fugmann e F. W. Brepohl, *op. cit.*, e Theodor Rodowicz-Oswiecimsky, *A colônia Dona Francisca no sul do Brasil* (Florianópolis: Editora da UFSC, Joinville: Fundação Cultural de Joinville, 1992, 121pp.)
20. Jean Pierre Faye, *Langages totalitaires* (Paris: Hermann, 1973), p. 151.
21. Poemas, trechos de livros da literatura erudita e comentários sobre escritores alemães eram veiculados nos clubes, teatros, almanaques, jornais e brochuras — numa versão simplificada e a um preço acessível. Ver Hans Gehse, *Die deutsche Presse in Brasilien von 1852 bis zur Gegenwart* (Münster in Westphalen: Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1931, 175pp.)
22. O expressivo número de boletins, livros e outras publicações alusivas a datas comemorativas da imigração alemã e essa quase obsessiva tendência à periodização cronológica podem confirmar esta mentalidade. Ver Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, *Alemanha mãe-pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil* (Campinas:

- Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado, 1993), p. 98 e ss.
23. Jean Pierre Raison, "Migração" *Enciclopédia: Região* (Lisboa: Einaudi/Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986), p. 489.
 24. A unificação da Alemanha realizada por Bismarck em 1870 é ampla e positivamente noticiada nos impressos de língua alemã do Brasil. Principalmente para os imigrantes que participaram do movimento de 1848 em sua terra natal, a política prussiana soava como a concretização das utopias que inspiraram os movimentos revolucionários dos Märztage. Ver Maria Kahle, *Siedler in Itajahy* (Reutlingen: 1934, 168pp.) e Brepohl de Magalhães, *op. cit.*, p. 124 e ss.
 25. Lucien Febvre, *Martinho Lutero; um destino* (Bertrand, 1976), p. 262.
 26. *Apud* Dreher, *op. cit.*, pp. 92-3. Wilhelm Rotermund foi o fundador do Sínodo Riograndense em 1880, órgão onde permaneceu presidente até 1919. Além de pastor e presidente do referido Sínodo, foi também escritor e editor de um jornal (*Deutsche Post*) e de um almanaque (*Kalender für die Deutschen in Brasilien*), os quais foram editados até 1943, ver M. D. Brepohl de Magalhães, *op. cit.*, p. 103 e ss.
 27. P. Schorske, *Viena fin de siècle; cultura e política* (São Paulo: Unicamp/Companhia das Letras, 1988), p. 125-77.
 28. A liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil; análise de dois discursos étnicos irredutíveis. *História: Questões e Debates* (vol. 10, no. 18-19), p. 120.
 29. Frederik Luebke, *Germans in Brazil; a comparative history of cultural conflict during world war I* (Louisiana State University Press, 1987, 248pp.)